

ATA ORDINÁRIA Nº 07/2025 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do TIMBOPREV: Carmelinde Brandt, Joel Ricardo Raiter, Greyce Nardelli Severino e Romero Espíndola e Silva, para acompanhar a carteira de investimentos do Instituto em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos e analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado e os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico proposta pela consultoria de investimento – SMI Consultoria. A Sra. Carmelinde abriu a reunião, dando boas-vindas aos participantes e mencionando a alteração da data da reunião em virtude de férias de alguns membros do Comitê. Em seguida, solicitou a Sra. Greyce que apresentasse um resumo das últimas deliberações e decisões tomadas nas reuniões anteriores. **1) Reuniões anteriores** – A Sra. Greyce apresentou a revisão das deliberações das reuniões realizadas pelo Comitê nos meses de junho e julho. Dentre os assuntos lembrados, a Sra. Greyce destacou a reunião de 22 de julho referente a deliberação da movimentação e análise dos fundos de crédito privado: 4UM Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 28.581.607/0001-21); Bradesco FIC Performance Institucional Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 44.961.198/0001-45); e Itaú KINEA Institucional Crédito Privado (CNPJ 57.454.364/0001-69), juntamente com o parecer complementar elaborado pela SMI Consultoria. **2) Carteira de Investimentos e Demonstrativos** – A Sra. Carmelinde apresentou o relatório de investimentos, destacando que, como as movimentações já haviam sido explanadas pela Sra. Greyce, não seria necessário retomá-las, uma vez que foram executadas conforme o planejado. Informou que o patrimônio do Instituto fechou em R\$ 181.596.190,42, estando a carteira distribuída em 66,69% em Títulos Públicos, 25% em Renda Fixa, 4,45% em Letra Financeira, 2,58% em Renda Variável, 0,41% em FIP e 0,03% em Conta Corrente. O retorno da carteira em junho foi de R\$ 1.470.474,68, acumulando no ano o valor de R\$ 10.451.488,30. Quanto ao desempenho frente à meta, em julho, esta foi de 0,64% enquanto a carteira alcançou 0,82%, e no acumulado do ano a meta foi de 5,49% e a carteira apresentou 6,30%. Ressaltou ainda que a carteira permanece devidamente enquadrada conforme a legislação vigente, tanto em relação aos fundos quanto aos gestores e administradores. Na sequência, apresentou o demonstrativo financeiro dos conselhos, informando que, em junho, em razão do pagamento do 13º, houve déficit financeiro apenas nas receitas próprias. Contudo, com a alíquota suplementar, registrou-se superávit de R\$ 176.000,00 do qual ainda deve ser descontada a taxa de administração, resultando em um superávit efetivo de aproximadamente R\$ 136.000,00 para a conta previdenciária. Em relação ao COMPREV, registrou que não houve novas aprovações por parte do regime geral, o que tem ocasionado estagnação nos repasses. O Sr. Romero observou que o horizonte atual de repasses é de aproximadamente dois meses e que dessa forma não há previsão de valores para setembro. Ressaltou que, em junho, houve a entrada de cerca de R\$ 500.000, considerado o último repasse significativo. A Sra. Greyce complementou que havia previsão de repasses somente até agosto. A Sra. Carmelinde ponderou que, de fato, os repasses encontram-se em processo de estagnação, ao que o Sr. Romero perguntou se nessa situação, poderá haver necessidade de devolução de valores aos beneficiários. A Sra. Carmelinde complementou que, eventualmente, os repasses podem reduzir em função de falecimentos de beneficiários, os quais precisam ser informados e deixam de compor a base mensal. A Sra. Greyce apresentou valores relacionados ao COMPREV, informando que a entrada mensal prevista é de R\$ 99.000,00 com compensação do Timboprev no montante de R\$ 1.260,00 resultando em líquido aproximado de R\$ 98.000,00 a serem recebidos em agosto. O Sr. Romero questionou se esse valor já considerava eventuais acumulados, ao que a Sra. Carmelinde respondeu, com base em informação do técnico previdenciário, Sr. Tiago Teixeira Larangeira, que este seria o valor efetivo. A Sra. Greyce destacou que o valor de setembro ainda não está fechado, pois depende do fechamento da folha de pagamento pela DATAPREV. Em continuidade, a Sra. Carmelinde mencionou a Carta Mensal enviada pela SMI com orientações de estratégia de investimentos, informando que ainda não havia encaminhado o documento aos membros do Comitê, mas que o faria posteriormente. A recomendação da SMI foi de manter a alocação em Títulos Públicos, caso haja espaço no ALM, ou, alternativamente, direcionar a alocação para CDI, caso o limite do

50 ALM já esteja preenchido. **3) Reunião SMI Consultoria e Análise do Espaço no ALM** – A Sra. Carmelinde
51 relatou que, no dia 21, ocorreu reunião com a SMI, na qual foi apresentada a visão de cenário econômico
52 e a carteira de investimentos de junho. Recordou que questionou a possibilidade de Aportes Financeiros
53 em substituição à alíquota suplementar, mas foi informada de que tal medida só poderia ser avaliada em
54 um próximo Cálculo atuarial, não sendo possível no momento atual. Destacou, também, que a SMI
55 apontou espaço para alocar aproximadamente R\$ 5,8 milhões em Títulos Públicos, utilizando como
56 referência o Patrimônio Líquido atualizado, e não o valor fixado no ALM. Assim, sugeriu a solicitação de
57 atualização do ALM para que haja embasamento mais consistente nas decisões. A Sra. Greyce comentou
58 que percebeu mudança no entendimento da SMI, que passou a considerar percentuais sobre o
59 Patrimônio Líquido atualizado, e não sobre os valores do ALM vigente. Observou, ainda, que conforme
60 mencionado pelo Sr. Rafael Demeneghi, a SMI realiza apenas um ALM. A Sra. Carmelinde mencionou
61 que, eventualmente, poderia ser realizada uma atualização informal, como em ocasiões anteriores,
62 apenas por e-mail, com atualização de valores para verificar o espaço disponível. Destacou também a
63 possibilidade de aportes e informou que há reunião agendada com o atuário no dia 6 de agosto para
64 esclarecimento de dúvidas. A Sra. Greyce apontou que a SMI considera apenas NTN-B para fins de
65 percentual, porém, ao incluir Letras Financeiras, o limite de 70% já teria sido atingido. O Sr. Romero
66 apresentou dados do relatório Focus do Banco Central, destacando projeções para a taxa SELIC até 2028,
67 em torno de 10%, o que corresponderia a uma rentabilidade próxima de IPCA + 5,0 % com a meta
68 atuarial (IPCA + 4,91%). Ressaltou a importância de avaliar se a aplicação até 2028 seria vantajosa. O Sr.
69 Joel sugeriu não realizar novas aquisições de Títulos no momento, tendo em vista o patamar elevado da
70 SELIC, que, no curto prazo, estaria remunerando de forma mais atrativa que os Títulos Públicos. Além
71 disso, destacou a necessidade de avaliar a possível alteração da forma de contribuição (alíquota ou
72 aporte), o que poderia impactar as estratégias de alocação. O Sr. Romero complementou, informando
73 projeções de SELIC em 15% para 2025, 12,50% em 2026, 10,50% em 2027 e 10% em 2028. A Sra. Greyce
74 afirmou não ter calculado os cupons projetados a serem recebidos em agosto, e o Sr. Romero estimou
75 que seriam aproximadamente R\$ 1 milhão ou menos, podendo ser reinvestidos sem grande impacto. A
76 Sra. Greyce ponderou que o fluxo poderia ser maior em virtude de os cupons serem de vencimento ano
77 par. A Sra. Carmelinde acrescentou que, conforme o ALM vigente, já se teria alcançado praticamente o
78 limite de Títulos Públicos, restando apenas cerca de R\$ 100 mil antes de atingir o teto. A Sra. Greyce
79 relembrou da projeção da SMI segundo a qual, se aplicados os R\$ 5,8 milhões recomendados em NTN-B
80 2028, o valor projetado de resgate em 2028 seria de R\$ 8.199.000, considerando IPCA de 4,5%. O Sr.
81 Romero sugeriu aguardar a definição da questão entre alíquota e aporte antes de novas deliberações. A
82 Sra. Carmelinde ressaltou que, caso haja migração integral para aporte, poderá não haver mais superávit,
83 uma vez que este é atualmente sustentado pela alíquota mensal. Explicou que, nesse cenário, haveria
84 necessidade de manter os recursos aplicados por cinco anos. O Sr. Joel destacou que a gestão dos
85 aportes deverá contar com controle específico do Comitê, evitando misturas com outras fontes.
86 Mencionou ainda a possibilidade de restrições legais, como a regra dos 5 anos. A Sra. Carmelinde
87 afirmou que provavelmente será necessário manter contas separadas. A Sra. Greyce acrescentou que
88 será necessária contabilização distinta, possivelmente a abertura de conta corrente exclusiva e definição
89 de fundos específicos para receber os aportes. A Sra. Carmelinde reforçou a importância de evitar
90 mistura de recursos nos fundos. O Sr. Joel levantou a possibilidade de adoção de um modelo misto,
91 combinando parte em alíquota e parte em aporte. A Sra. Carmelinde confirmou essa hipótese,
92 ressaltando que o Analista Contábil da Prefeitura, Sr. Rodrigo Dall'Onder Spaniol havia solicitado a
93 separação dos recursos da Educação, devido à necessidade de cumprimento do índice do FUNDEB (25%).
94 Explicou que, em caso de aportes, tais valores não seriam contabilizados para este índice, razão pela qual
95 existem diferentes propostas em estudo: aportes exclusivos para os servidores em geral e manutenção
96 da alíquota para a Educação. O Sr. Joel considerou a proposta interessante, pois possibilitaria maior
97 flexibilidade de negociação entre alíquota e aporte. **4) Fundos de Crédito Privado** – A Sra. Carmelinde
98 informou que foi definida a diversificação nos três fundos de crédito privado: 4UM Crédito Privado
99 Renda Fixa (CNPJ 28.581.607/0001-21); Bradesco FIC Performance Institucional Crédito Privado Renda
100 Fixa (CNPJ 44.961.198/0001-45); e Itaú KINEA Institucional Crédito Privado (CNPJ 57.454.364/0001-69),

com a alocação de R\$ 600.000,00 para cada fundo, iniciando-se o processo de credenciamento com a 4UM. Explicou que a decisão de começar pela 4UM ocorreu porque o fundo estava melhor posicionado no Radar de Fundos, divulgado pela SMI Consultoria. O Sr. Joel questionou se o radar utilizado ainda era o de junho. A Sra. Carmelinde confirmou que sim, acrescentando que o radar costuma ser atualizado duas vezes por mês, embora a última atualização não tenha seguido esse padrão. A Sra. Greyce destacou que enviaria o PDF de para assinatura digital dos participantes, incluindo documentos da gestora, administradora e do credenciamento do fundo. Informou que a documentação já havia sido enviada à gestora e à administradora (BEM DTVM/Bradesco), os quais devolveram os documentos assinados. Restava, portanto, apenas a coleta das assinaturas do Instituto para conclusão do cadastro junto à 4UM. Estimou que, até o dia seguinte, a parte documental estaria concluída. O Sr. Joel questionou a posição do fundo 4UM Crédito Privado Renda Fixa no último radar de 16 de junho, ao que a Sra. Greyce respondeu estar em terceiro lugar. A Sra. Carmelinde relatou que, de forma preliminar, havia consultado a alocação de crédito privado em outros institutos e ressaltou, ainda, que a 4UM tem se mantido bem ranqueada e mantém contato frequente com o Timboprev. O Sr. Joel observou que a relação com a 4UM está em estágio mais avançado de maturidade. A Sra. Carmelinde informou que o resgate inicial seria feito no fundo CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-70), vinculado a conta previdenciária 000575269927-0; e que, posteriormente, seriam avaliados novos movimentos, de forma gradual, para evitar a concentração de operações simultâneas. A Sra. Greyce sugeriu que, com a entrada dos pagamentos de cupons, poderia utilizar o recurso para alocar os demais fundos pendentes. A Sra. Carmelinde acrescentou que isso ocorreria em meados de agosto. O Sr. Joel questionou sobre o limite de alocação em crédito privado. A Sra. Greyce respondeu que este varia entre 1% e 2% do Patrimônio Líquido (PL), e que os cálculos realizados apontavam R\$ 1.800.000,00, resultando em aproximadamente R\$ 600.000,00 para cada fundo. Ressaltou que a SMI recomenda não ultrapassar 0,5% por fundo, e que, por essa razão, não seria adequado concentrar todo o montante em apenas um. A Sra. Carmelinde informou que, após finalizado o credenciamento, encaminharia e-mail à SMI comunicando a decisão, procedimento usualmente seguido pela consultoria, que retorna com a manifestação de “acordo comum”. **5) Eventos e Reuniões Realizadas com Instituições Financeiras –** A Sra. Carmelinde informou que, no mês de junho, ocorreu apenas reunião formal com a 4UM. Relatou que, para o mês de agosto, está agendada reunião com a Privatiza, no dia 13/08. Ressaltou que, ainda em durante o mês, houve visitas não agendadas: o Sr. Ricardo Giovenardi, da Empire Capital; o Sr. Daniel Sandoval, da Privatiza, também realizou uma visita breve. Houve também a visita sem agendamento prévio do representante do Santander, da qual o contato da instituição, anteriormente realizado pelo Sr. Anderson, passou a ser de responsabilidade do Sr. Rafael, devido a reestruturação interna. A Sra. Carmelinde esclareceu que o Santander possui agência em Blumenau, e o Sr. Rafael será o responsável pela cobertura da região Sul nos RPPS. O Sr. Joel questionou sobre o tipo de produto ofertado pelo Santander. A Sra. Carmelinde informou que foi enviada documentação referente a Letras Financeiras, a qual também encaminharia posteriormente ao Comitê por e-mail. A Sra. Greyce mencionou que recebeu solicitação de reunião por e-mail da Marche, mas não conseguiu tratar o assunto até o momento. A Sra. Carmelinde informou ainda que recebeu contato telefônico do Sr. Rodrigo, da Quartzo Capital. A Sra. Carmelinde destacou, também, que enviou ao Comitê o convite do Banrisul para o evento *ETF Day*, agendado para 27/08/2025. Ressaltou que não poderá participar por estar em período de férias na data. O Sr. Joel observou que o evento não constitui prioridade para o Instituto no momento. O Sr. Romero complementou que o Comitê já havia participado no ano anterior, sem gerar desdobramentos práticos, entendendo que não seria pertinente o envolvimento neste ano, e a Sra. Greyce reforçou que a data marcada para o evento é desfavorável. **6) Audiência Pública de Prestação de Contas do ano de 2024 –** O Sr. Romero registrou, visto que tem relação direta com as atividades do Comitê, a participação na audiência pública de prestação de contas do exercício anterior, realizada com apresentação do Sr. Rafael Demeneghi, da SMI Consultoria, referente à área de investimentos, e do Sr. Guilherme Walter, da Lumens Atuarial, responsável pela área atuarial. A Sra. Carmelinde destacou a presença de autoridades, incluindo o Secretário da Fazenda. O Sr. Joel relatou que acompanhou a audiência de forma remota, por transmissão no *YouTube*, parabenizando a gestão pelo desempenho positivo do exercício e enfatizando os bons

152 resultados alcançados. Ao final dos assuntos, a Sra. Carmelinde declarou não haver outros pontos a
153 serem tratados, e os demais participantes confirmaram que não havia pendências adicionais. Nada mais
154 havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos participantes da reunião presentes.
155 Timbó, 29/07/2025.

Carmelinde Brandt

Joel Ricardo Raiter

Romero Espíndola e Silva

Greyce Nardelli Severino